

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 14 a 16/03

O Plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (15), a medida provisória que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual, à Violência Sexual e aos demais Crimes contra a Dignidade Sexual no âmbito da administração pública (MP 1.140/2022).

Inicialmente, a MP abrangia apenas o sistema de ensino. Mas durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados, sua abrangência foi estendida a toda a administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. Outra mudança foi abranger os demais crimes de natureza sexual e não apenas o assédio, como previa o texto inicial da MP. Assim, o texto passa a alcançar outros crimes sexuais, como a importunação e o estupro. Todos os órgãos e entidades envolvidos deverão elaborar ações e estratégias destinadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, e de todas as formas de violência sexual.

O Poder Executivo deverá monitorar o desenvolvimento do programa, para subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise da consecução dos seus objetivos e suas diretrizes. A aplicação do programa às instituições privadas, que prestam serviços públicos por meio de concessão, permissão, autorização, ou delegação, deverá ser regulamentada.

A caracterização dos casos de violência sexual terá como base o Código Penal (DL 2.848, de 1940), a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) e a Lei 13.431, de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de atos violentos.

Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami – 15/03

O procurador Alisson Marugal, do Ministério Público de Roraima, relacionou diretamente a omissão do governo federal, entre 2017 e 2022, à tragédia humanitária vivida pelo povo ianomâmi no Estado nortista. Marugal detalhou, em depoimento à comissão do Senado que investiga a tragédia nesta quarta-feira (15), que desde 2019 o Ministério Público, através de ações judiciais, conseguiu vitórias na Justiça cobrando ações do governo federal, mas que na prática não foram cumpridas.

Marugal afirmou que o garimpo ilegal no território ianomâmi passou a ocorrer de forma descontrolada a partir de 2017. Imediatamente o Ministério Público passou, através de ações judiciais, a tentar reverter a situação. Em 2019 conseguiu, através de decisões da justiça estadual e do STF, exigir do governo federal um plano de ação de combate ao garimpo ilegal. Mas o que passou a ocorrer foram ações muito esparsas, pouco efetivas e insuficientes para expulsão dos garimpeiros.

Marugal disse que a omissão ocorreu também na Fundação Nacional do Índio (Funai) durante esse período. A forte disseminação do garimpo ilegal, incluindo até mesmo a atuação desenfreada de facções criminosas, levou à tragédia humanitária, salientou o procurador. O que fez com que os anos de 2021 e 2022 fossem marcados pela morte de centenas de crianças, jovens e adultos ianomâmi por desnutrição. Ele ainda denunciou o completo sucateamento da educação indígena no território ianomâmi nos anos recentes.

Também se generalizou a exploração sexual de menores e mulheres indígenas, além da disseminação de drogas e armas entre os povos originários. Esse quadro, somado à contaminação de rios e a inviabilização do uso do território para plantio, caça e pesca pelos ianomâmi, levou à tragédia humanitária. Para Marugal, somente agora, em 2023, o governo federal implantou um plano de ação visando combater o garimpo ilegal, o que tem levado à expulsão de 80% dos invasores do território.

A fala do procurador foi corroborada pelo diretor da ONG Instituto Socioambiental, Márcio Santilli. Para ele, a omissão do governo, especialmente a partir de 2021, foi determinante para a tragédia humanitária, que levou à disseminação de doenças e fome entre os indígenas. Santilli salientou que o descaso com os ianomâmi tornou-se mais grave a partir de 2017.

Fonte: Agência Senado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 14 a 16/03

A Câmara dos Deputados aprovou nesta o PL 3006/2022, da Procuradoria-Geral da República, que transforma cargos de analista e de técnico do Ministério Público da União em cargos de subprocuradores, de procuradores regionais e em cargos em comissão. De acordo com a proposta, 173 cargos de analista e 173 cargos de técnico são convertidos em 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho, 65 cargos de procurador regional do Trabalho e em 77 cargos em comissão. A matéria será enviada ao Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (15) o Projeto de Lei 4591/12, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata da estrutura do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), com atribuições de supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, inclusive por meio de decisões de caráter vinculante. A matéria foi enviada ao Senado.

As comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram com mandato de um ano. Os partidos dos presidentes foram definidos previamente pelos líderes partidários. Neste ano, a Câmara criou cinco comissões permanentes por desmembramento das funções de outras já existentes.

Foram eleitos:

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Presidente: Deputado Tião Medeiros (PP/PR)

Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação

Presidente: Deputada Luisa Canziani (PSD/PR)

- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Presidente: Deputado Rui Falcão (PT/SP)

- Comissão de Cultura
Presidente: Deputado Marcelo Queiroz (PP/RJ)

- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Presidente: Deputada Lêda Borges (PSDB/GO)

- Comissão de Desenvolvimento Econômico
Presidente: Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

- Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial
Presidente: Deputada Luizianne Lins (PT/CE)

- Comissão de Educação
Presidente: Deputado Moses Rodrigues (União/CE)

- Comissão de Finanças e Tributação
Presidente: Deputado Paulo Guedes (PT/MG)

- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
Presidente: Deputada Bia Kicis (PL/DF)

- Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Presidente: Deputado Fábio Garcia (União/MT)

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Presidente: Deputado José Priante (MDB/PA)

- Comissão de Minas e Energia
Presidente: Deputado Rodrigo de Castro (União/MG)

- Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
Presidente: Deputado Fernando Rodolfo (PL/PE)

- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Presidente: Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB/SP)

- Comissão de Saúde
Presidente: Deputado Zé Vitor (PL/MG)

- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
Presidente: Deputado Sanderson (PL/RS)

- Comissão de Trabalho
Presidente: Deputado Airton Faleiro (PT/PA)
- Comissão de Turismo
Presidente: Deputado Romero Rodrigues (PSC/PB)
- Comissão de Viação e Transportes
Presidente: Deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP)

Apenas as comissões de Administração e Serviço Público; de Defesa do Consumidor; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Desenvolvimento Urbano ainda não elegeram seus presidentes e devem marcar nova data para as reuniões.